



## Amazônia sob Bolsonaro

### Titulação de quilombos tem menor orçamento em 10 anos

Processo que já era moroso esbarra na promessa de Bolsonaro de não demarcar 'nem 1 cm de terra'; comunidades não têm energia, vivem conflitos com Exército e sofrem para vender suas castanhas

Fabiano Maisonnave, Lalo de Almeida e Jasmin Endo Tran

**VALE DO RIO GUAUPORÉ (RO)** Ao longo do século 18, diversas comunidades de ex-escravizados se espalharam pelo rio Guaporé, na atual fronteira com a Bolívia. Sobreviveram a expedições de captura e extermínio, à chegada dos seringalistas e à colonização de Rondônia iniciada na ditadura militar. Até que a Constituição de 1988 assegurou aos quilombolas o direito à regularização fundiária.

O processo, no entanto, tem sido moroso, está longe do fim e agora esbarra na promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de não demarcar "nem um centímetro de terra" a quilombolas e indígenas.

Em Rondônia, apenas duas das oito comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares foram tituladas pelo Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ambas antes de Bolsonaro. O estado não destoa da média nacional: so-

mente 317 das 3.456 comunidades quilombolas reconhecidas estão regularizadas, 9% do total.

Sem mudanças normativas, a paralisação está ligada principalmente à queda acentuada do orçamento para o trabalho de campo e para as indenizações de terra, declínio iniciado em 2015, no governo Dilma Rousseff (PT).

Em 2020, o limite autorizado para a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) foi de R\$ 2.922.525, o menor valor

em pelo menos uma década. No mesmo ano, o Ministério da Defesa desembolsou R\$ 2,5 milhões para comprar vinho.

Em dois anos sob Bolsonaro, o Inera tituló parcialmente duas comunidades quilombolas, Invernada Paíol de Telha (PR) e Rio dos Macacos, na região metropolitana de Salvador, onde há uma disputa com a Base Naval de Aratu, da Marinha.

Após ação civil pública movida pela ONG Terra de Direitos, a Justiça Federal determinou que o governo Bolsonaro pagasse a indenização de áreas privadas dentro de Paíol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu (PR). Como resultado, em novembro de 2020, Bolsonaro assinou uma lei que transferiu para o Inera o montante de R\$ 26.717.063,00.

Segundo o Inera, há 28 imóveis rurais incidentes em territórios quilombolas pendentes apenas de indenização, totalizando R\$ 25,7 milhões. Com os recursos do orçamento de 2020 destinados a indenizações, seriam ne-

**+**  
**Acompanhe a série**

A **Folha** publica nesta segunda (22) um novo capítulo da série "Amazônia sob Bolsonaro", que mostra as mudanças e as pressões na maior floresta tropical do mundo durante o atual governo e os desafios para mantê-la em pé. Acompanhe em [folha.com/amazonia-sob-bolsonaro](http://folha.com/amazonia-sob-bolsonaro)

cessários 9,5 anos para quitar esse montante.

Mas o gargalo é muito maior. Os processos em trâmite no Inera somam 1.806, dos quais 617 na Amazônia Legal, o que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão.

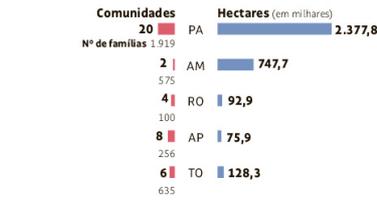
"O nosso problema se chama Inera. Não tem fazendeiro e nada aqui, a gente está em terra da União, não tem conflito", diz o quilombola Apolônio França Neto, presidente da associação da comunidade de Pedras Negras, cuja regularização tramita des-



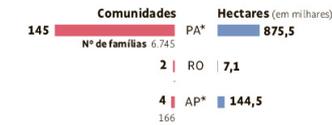


**Quilombos na Amazônia**

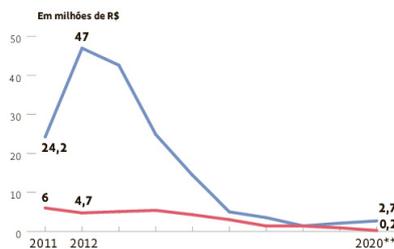
Comunidades amazônicas com RTDIs (estudos) publicados pelo Inkra



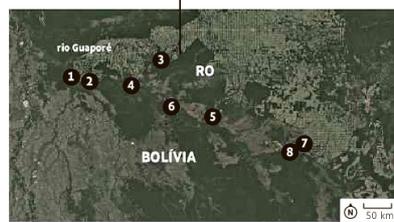
Quilombos titulados na região



Orçamento da Inkra para quilombos (limite autorizado) para reconhecimento de territórios quilombolas\*



As comunidades quilombolas de Rondônia\*\*\*



Famílias	Hectares Em milhares
151	21
45	1,5
24	5,6
36	7,2
60	219
72	43,9
20	15
150	4

\*Gastos para a realização de estudos e outros procedimentos  
 \*\*Após decisão judicial, foram disponibilizados R\$ 26.717.063,00, para indenização de imóveis dentro do território quilombola Invernada Paiol de Telha (PII)  
 \*\*\*Inclui titulações estaduais e municipais  
 Fonte: Inkra e Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos)

**Como funciona a titulação de terras quilombolas**

O direito à regularização fundiária está assegurado pelo artigo 68 da Constituição de 1988, segundo o qual "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos"

O processo, no entanto, só teve início em 1995 e desde então avança a ritmo lento. Foram regularizadas apenas 317 das 3.456 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, o que representa 9% do total. Na região Norte, 151 das 297 comunidades estão regularizadas, pouco mais da metade. Em Rondônia, apenas 2 das 8 comunidades estão tituladas

Nos dois anos de governo Bolsonaro, o Inkra tituló três territórios, somando 332 hectares, nenhum deles na Amazônia. Isso representa 0,03% dos 1,042 milhão de hectares de territórios quilombolas titulados pelo governo federal e por estados e municípios. Até 2018, o governo federal havia titulado, em média, 8.896 hectares por ano; com Bolsonaro, a média caiu para 166 hectares/ano

**As etapas da regularização de territórios quilombolas**

• Após uma comunidade obter da Fundação Cultural Palmares a certidão de autodefinição de remanescente de quilombo, a associação ou entidade solicita a abertura de um processo de titulação no Inkra.

• Uma equipe multidisciplinar do Inkra produz o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI), com informações históricas, antropológicas, cartográficas e fundiárias. Concluído, precisa da aprovação do Comitê de Decisão Regional (CDR) do Inkra e da publicação nos diários oficiais da União e do estado. Atualmente, há 288 editais publicados, somando 2,3 milhões de hectares e incluindo 34.823 famílias.

• Com a publicação, começa o prazo para contestações, que podem vir de particulares ou de órgãos como Funai e Ibama. Após análise e eventuais retificações, o presidente do Inkra publica a Portaria de Reconhecimento de Território. Hoje, são 158 portarias publicadas, com 633,2 mil hectares, onde vivem 14.171 famílias.

• Caso a área esteja em domínio de particulares, é necessário um decreto de desapropriação por interesse social, assinado pelo presidente da República, iniciando processo judicial de indenização, pagando o valor da terra nua e das benfeitorias a preço de mercado. Há 88 decretos publicados, desapropriando 586 mil hectares, onde vivem 10.519 famílias.

• A última etapa é o título, coletivo, imprescritível, inalienável e em nome das associações representantes dos quilombolas. O Brasil tem 1.042.794 hectares de territórios quilombolas titulados pelo governo federal e por governos estaduais e municipais. São 171 territórios, somando 267 títulos, onde vivem 17515 famílias quilombolas.

- 1 Vista aérea do Real Forte Príncipe da Beira em Rondônia; do lado direito está a comunidade quilombola de mesmo nome
- 2 Cicero da Paz, funcionário da Funasa, espalha fumacê contra mosquito transmissor da malária pelas ruas da comunidade quilombola
- 3 A líder comunitária Mafalda Gomes em sua casa na comunidade quilombola Santa Fé, no vale do rio Guaporé, em Rondônia
- 4 Placa sinaliza a presença de um pelotão do Exército ao lado da construção histórica

de 2005. "O nosso presidente disse que não ia dar nem um palmo de terra para quilombola e está se cumprindo, infelizmente."

Accessível apenas por barco ou avião, Pedras Negras foi identificada como comunidade quilombola por meio da pesquisa do historiador Marco Teixeira, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Fonte dos processos de reconhecimento desses territórios, seu trabalho identificou a origem da população negra do Guaporé nos africanos trazidos por portugueses no século do 18, dentro do tripé colonial de mineração, escravidão e ocupação militar das fronteiras.

A população negra all está vinculada a duas grandes iniciativas. A descoberta de grande quantidade de ouro na região levou os portugueses a construírem, no alto rio Guaporé, Vila Bela da Santíssima Trindade. Fundada em 1752 às margens do Guaporé, foi a primeira capital de Mato Grosso.

Décadas mais tarde, a presença portuguesa foi reforçada com a construção do imponente Real Forte Príncipe da Beira, inaugurado em 1783, após sete anos de obras, tocadas por escravizados e trabalhadores livres. Com um perímetro de cerca de 900 metros, é a maior edificação colonial na Amazônia e está a centenas de quilômetros ao norte de Vila Bela.

Teixeira calcula que 10 mil africanos tenham sido levados ao Guaporé ao longo de 50 anos. Logo, se tornaram a imensa maioria da população não indígena local. Segundo o historiador, as péssimas condições de trabalho na região provocaram grande mortalidade — em média, um escravidado que não fugisse morria após seis meses da chegada.

Na Amazônia, o principal porto de entrada dos africanos escravizados foi Belém — o Pará é o estado com mais comunidades quilombolas do Norte. Segundo a Fundação Palmares, a região abriga 369 comunidades, 11% das reconhecidas do país.

O pico do tráfico para a Amazônia ocorreu entre 1800 e 1810, com o desembarque de 10.927 escravizados, segundo o livro "The People of the River" (o povo do rio), do historiador Oscar de la Torre, da Universidade da Carolina do Norte.

"Vendeu-se por muito tempo a narrativa que na Amazônia não tem negro nem teve escravidão", afirma Givânia Maria da Silva, da Conaq (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas).

Segundo ela, a escravidão no Norte criou modelos diferentes aos do Nordeste e Sudeste. Em consequência, as comunidades quilombolas locais trazem características comuns ao povoamento tradicional amazônico, como a interação com os rios e o usufruto de grandes áreas.

Após o fim do ouro e o abandono do forte pelos militares, a região perdeu interesse estratégico por décadas, até a chegada do ciclo da borracha, no final do século 19, quando os quilombolas passaram a trabalhar para seringueiros vindos de fora.

Continua na pág. B6

